

# Assembleia de Freguesia do Parque das Nações

## Ata Nº 5/2013

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2013, pelas 21h00, reuniu a Assembleia de Freguesia do Parque das Nações, nas instalações do Instituto Português do Desporto e da Juventude, sitas na Rua de Moscavide 4.71.01, em Lisboa.

A Assembleia foi presidida pelo Presidente António Rodrigues da Silva, coadjuvado pelos respetivos secretários, Henrique Pereira Sanchez e Rita Vitorino de Carvalho. Antes de se iniciarem os trabalhos, o Presidente verificou a existência de quórum, fazendo a chamada aos seguintes treze membros da Assembleia, tendo-se registado a presença dos seguintes membros eleitos:

O Presidente da Assembleia de Freguesia, António Rodrigues da Silva, o 1º Secretário Henrique Pereira Sanchez, o 2º Secretário Rita Vitorino de Carvalho, e os membros da Assembleia de Freguesia Hirondino Lopes Isaías, João Cruz Franco, Jorge Pereira Alves, Albertina Barreiro Rodrigues, Luís da Costa Pastor, Luís Lucas Lopes, José da Silva Fernandes, Marta Gabriela Rosa, Marco António Neves e José Teles Baltazar.

O Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se existia algum assunto a ser tratado antes da Ordem do Dia, tendo-lhe sido entregue pelo eleito do PCP uma moção, sobre as implicações para o poder local do novo acordo para as Freguesias, que foi lida.

**A Moção nº 3/2013 foi admitida à votação por maioria, com a abstenção do CDS.**

O eleito do PS Hirondino Isaías, usou da palavra dizendo que achava estranho o conteúdo da Moção por não fazer sentido, pois à 30 anos que se esperava esta reforma administrativa para a cidade de Lisboa que aliás resultou de um acordo entre os dois maiores partidos, tendo afirmado que aprovar uma Moção com este conteúdo seria andar para trás numa decisão que vem permitir às novas Freguesias de Lisboa mais meios e mais competências, pelo que não poderá votar a favor. Lembrou ainda que o PCP votou contra esta Reforma e contra a criação da Freguesia do Parque das Nações há muito ambicionada.

O eleito do PCP Jorge Alves, explicou quais as consequências da passagem das competências para a Freguesia.

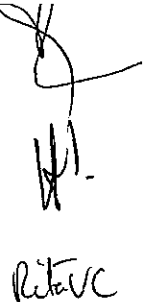
O eleito pelo PNPJ Luís Lucas referiu que foi esta lei que criou a Freguesia do Parque das Nações, que as transferências das competências para as Juntas de Freguesia não estão a correr bem e que muitas das preocupações que estão descritas na Moção também são do PNPJ, mas aceita o desafio e que se irá abster na votação.

O eleito do PS João Franco não concordou com o PCP nesta matéria, estranhando até a sua posição, uma vez que a descentralização das Câmaras Municipais para as Juntas de Freguesia foi iniciada nos anos 80 pelo PCP em Vila Franca de Xira, pois a reorganização administrativa da cidade de Lisboa visa garantir Freguesias mais fortes tendo em vista a descentralização de competências e de pessoal para as realizar, aproximando as autarquias dos cidadãos. O forte comprometimento do PS na vereação municipal, na Assembleia Municipal e nesta mesma Assembleia de Freguesia, a única criada com a Reforma Administrativa, obriga a que o seu sentido de voto seja contra a Moção apresentada.

O eleito do PS Luís Pastor, manifestou a sua discordância em relação à moção e disse estar perplexo com o teor da mesma, dado que em concelhos geridos pelo PCP as Juntas de Freguesia dispõem de competências delegadas idênticas às propostas na reforma Administrativa de Lisboa. Manifestou ainda a opinião de que as novas competências das Juntas de Freguesia são um desafio aos membros dos seus executivos e que terão de ser exercidos por pessoas competentes para os cargos a desempenhar.


A eleita do PSD Marta Rosa, referiu que não pode concordar com a moção da forma como está redigida, pois embora compreendendo algumas das preocupações nela contida, esta é contra a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, e conseqüentemente contra a criação da Freguesia do Parque das Nações. Informou ainda que só votaria a favor com uma alteração substancial do seu conteúdo.

O eleito do CDS José Baltazar, esclareceu que ao contrário do que refere a moção, o CDS, na Assembleia da República votou contra a Reforma



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

Administrativa de Lisboa por preconizar uma reforma mais ambiciosa (apenas 11 Freguesias), ao nível das grandes cidades europeias, mas que, apesar disso, votou a favor da criação da nossa Freguesia.



Ritall

O eleito Jorge Alves esclareceu melhor o conteúdo da Moção.

O Presidente da Assembleia de Freguesia colocou a Moção nº 3/2013 à votação tendo sido rejeitada por maioria, com 5 votos contra (4PS e 1CDS/PP), 7 abstenções (6PNPN e 1PPD/PSD) e 1 voto a favor (PCP).

O eleito do PS João Franco, elogiou a vida e obra do Dr. Albino Aroso, que como Secretário de Estado contribuiu para criar um sistema de apoio público materno-infantil, que eliminou as altas taxas de mortalidade infantil, colocando Portugal como uma referência em todo o Mundo, tendo proposto um voto de pesar. A proposta de voto de pesar foi aceite e o mesmo aprovado por unanimidade.

O eleito Luís Pastor do PS colocou à mesa duas questões: 1ª) saber se o assunto de duas pessoas recenseadas na mesma morada e a votar em locais diferentes está a ser resolvido; 2ª) se o assunto do estabelecimento comercial Pomar da Rosa que produz uma quantidade enorme de lixo e tem deficiente recolha, está a ser resolvido.

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente da Junta, José Moreno para responder às questões colocadas.

O Presidente da Junta de Freguesia José Moreno informou estar a tratar do assunto das pessoas indevidamente recenseadas junto da Comissão de Recenseamento, e, sobre o segundo assunto, embora não estando a ser fácil a sua resolução, está a tentar a solução do mesmo junto da CML, pois trata-se de uma área sob a alçada da CML.

O eleito do PCP Jorge Alves alertou o Presidente da Junta que esta matéria irá ser da sua competência.

O eleito do CDS José Baltazar esclareceu que as competências nas Juntas de Freguesia só viriam no fim de janeiro, início de fevereiro.

O eleito do PNPN Luís Lucas confirmou que a limpeza das ruas irá ser competência da Junta de Freguesia mas que a remoção dos lixos manter-se-á como competência da Câmara.


Nada mais havendo a referir, o Presidente passou à Ordem do Dia da Assembleia de Freguesia, conforme edital publicado a 19 de dezembro de 2013, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação da Ata nº4/2013 da sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia realizada em 16 de dezembro de 2013.
- 2 – Apreciação da Informação escrita do Presidente da Junta de freguesia, nos termos da alínea V) do artº 18º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.
- 3 – Proposta 5/2013 – Grandes Opções do Plano e Orçamento da Freguesia para 2014.
- 4 – Proposta 6/2013 – Mapa de Pessoal, nos termos do nº5 da Lei 12ª/2008 de 27 de fevereiro.
- 5 – Apresentação do Regulamento da Taxas e Outras Receitas da Junta de Freguesia do parque das Nações, em consulta pública nos termos dos artigos 117º e 118º do CPA.
- 6 – Intervenção do público – (artº. 49º Lei 75/13 de 12 de setembro).

O Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou ao 1º Secretário que procedesse à leitura da Ata nº 4 da sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia realizada em 16 de dezembro de 2013, após o que foi colocada à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do PSD.

O Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou ao Presidente da Junta, José Moreno que passasse a apresentar a Proposta nº 6/2013 Grandes Opções do Plano e Orçamento da Freguesia para 2014.

O eleito do PCP Jorge Alves, agradeceu a informação entregue e fez algumas sugestões para a organização futura deste documento de apresentação da informação do Executivo à Assembleia. Aproveitou ainda para sugerir ao Executivo algumas acções concretas de intervenção, que de acordo com a informação agora prestada, não terão sido promovidas.

 **At.**  
**Refac**

O Presidente da Junta, José Moreno agradeceu as sugestões e que estas serão tidas em conta.

O Presidente da Assembleia deu por terminada a discussão do ponto 3 da ordem de trabalhos passando ao ponto 4.

O eleito pelo PS Hírdino Isaiás solicitou a alteração da ordem de trabalho sugerindo a votação do Mapa de Pessoal em primeiro lugar.

O Presidente da Assembleia de Freguesia concordou tendo posto à discussão a **Proposta Nº 6/2013 – Mapa de Pessoal.**

O Presidente da Junta, José Moreno apresentou o Mapa de Pessoal.

O eleito pelo PS Hírdino Isaiás informou que está prevista a transferência de 1800 pessoas para as Juntas de Freguesia, cabendo a cada Junta mais ou menos 75 funcionários.

O eleito do PNP Luís Lucas informou que se a Junta vier a ter 50 funcionários vindos da Câmara, a Junta não tem forma de pagar os salários.

O eleito do PS Luís Pastor, interveio para manifestar a opinião de que não concordava como Mapa de Pessoal, visto que o mesmo devia prever o pessoal necessário para a execução das tarefas que lhe estão acometidas de acordo com as novas competências, as quais deverão preferencialmente ser desempenhadas por funcionários públicos já pertencentes ao quadro de pessoal camarário, nomeadamente na limpeza e manutenção de espaços verdes e de instalações e que só se deve recorrer a prestação de serviço no caso dos Centros de Competência de Educação e Desporto, tendo referido ainda que o Mapa de Pessoal é um quadro em movimento.

O eleito do PCP Jorge Alves referiu que o Mapa de Pessoal está bem feito do ponto de vista técnico e político.

O eleito do CDS José Baltazar, informou que o Presidente da CML, António Costa, informou que os trabalhadores municipais a transferir para as Juntas de Freguesia, se o desejarem, poderão no futuro regressar aos

AS

WVC

quadros da Câmara. Demonstrou ainda preocupação pela integração nos quadros da Freguesia de trabalhadores contrariados e do mau hábito de resolverem diferendos através do Direito à Greve.

O eleito do PS Hírdino Isaías explicou que vai haver uma grande transferência de verbas para as Juntas e que este Mapa de Pessoal com 21 funcionários não é realista.

A eleita do PS Albertina Rodrigues questionou o executivo quanto a valores existentes no Orçamento para pessoas contratadas ou em regime de avença.

O Presidente do Executivo da Junta, José Moreno, respondeu às questões apresentadas, indicando que o Mapa de Pessoal é minimalista e que compreende as preocupações manifestadas.

A eleita do PSD Marta Rosa, referiu que tinha reservas quanto ao Mapa de Pessoal pois entende que aquele documento não espelha as necessidades e a realidade da Freguesia, reafirmando que iria acompanhar atentamente o desenrolar deste processo. Questionou ainda O Presidente da Junta sobre a transferência das competências quanto às áreas que estão atualmente a ser geridas pela Junta de Freguesia dos Olivais.

O Presidente da Junta José Moreno informou que a questão das CAP'S ainda não está fechada.

O eleito do CDS José Baltasar, congratulou o Executivo por ter acedido a inscrever nas GOP, o Fundo Social de Freguesia e o apoio ao Refood local. Solicitou ainda esclarecimentos acerca do tipo de serviços enquadrados nas despesas do orçamento referentes a "Gestão, Manutenção e Limpeza" e a "Limpeza e Higiene Urbana" que configuram futuras Delegações de Competências.

A eleita do PS Albertina Rodrigues questionou a forma como estão inscritos os gastos no Orçamento.

O Presidente da Junta José Moreno informou que os números apresentados são relativos a funcionários que virão da Câmara.

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu por terminada a discussão e colocou a Proposta nº 7/2013 – Mapa de Pessoal à votação, tendo sido aprovada por maioria com 8 votos a favor (6PNPN, 1 CDS/PP e 1 PCP) e 5 abstenções (4PS e 1PPD/PSD).

Foi lida pelo eleito do PS João Franco, uma declaração de voto dos eleitos do PS que se anexa à Ata.

O Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à discussão a Proposta nº 6/2013 Grandes Opções do Plano e Orçamento da Freguesia para 2014.

O eleito do PS Luis Pastor, afirmou ainda que apesar de terem sido consideradas algumas propostas do PS, não foram contempladas outras da iniciativa da própria Junta de Freguesia, tais como a Procuradoria do Parque das Nações, o Cabeço das Rolas, as infraestruturas enterradas, as hortas urbanas, os ecopontos, a uniformização dos serviços de limpeza em toda a Freguesia, a reabilitação urbana, a reparação e substituição de diverso equipamento e mobiliário nas Escolas do 1º ciclo, as merendas para as crianças do JI/1º ciclo e um conjunto de atividades desportivas.

O Presidente da Junta José Moreno, efectuou a apresentação do documento.

O eleito do PCP Jorge Alves, referiu que as Grandes Opções do Plano continham, e bem, apenas as competências próprias da Freguesia, assumindo que esta proposta de Executivo é feita tendo consciência das dificuldades inerentes ao processo complexo que se vive de instalação dos órgãos da autarquia e ao necessário debate e eventual assunção de novas competências a serem transferidas pela Câmara Municipal de Lisboa. O PCP reconhece, com agrado, a inclusão de uma parte muito substancial das propostas que fez. Alerta ainda para o facto de as propostas feitas pelo Executivo, nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, serem de difícil concretização, não por falta de empenho, dedicação e trabalho dos membros do Executivo, nem por falta de colaboração dos membros da Assembleia de Freguesia, mas pela complexidade e quantidade de propostas feitas, pelas dificuldades particulares desta Freguesia estar ainda em instalação e, pela necessidade natural de identificar com rigor o conjunto dos problemas existentes e a sua origem.

O eleito do PS João Franco, referiu que o PS estará particularmente atento à execução orçamental, nomeadamente na contratação de avançados e prestadores de serviços, contratação para a realização de estudos, etc., cuja dotação por diversas rubricas, é superior a meio milhão de euros, o que obrigará a procedimentos com toda a transparência por parte de Executivo da Junta e a que o PS estará particularmente atento.

A eleita do PS Albertina Rodrigues, informa que conhece a exigência da elaboração do documento e a necessidade de definir prioridades de actuação. Questionou como será organizado o controlo interno, de que forma a execução orçamental vai ser transmitida aos fregueses e recomendou uma maior ligação entre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento.

O eleito do PNPJ Luís Lucas, agradeceu a colaboração das forças políticas que ajudaram na elaboração do documento, questionou o Presidente da Junta quanto às questões que não foram contempladas. Solicitou ainda que cada um dos capítulos do documento GOP, no seu final, deveria ter inscrita a verba correspondente em orçamento, para permitir uma melhor análise do mesmo.

A eleita do PSD Marta Rosa, referiu que o documento final inclui algumas das sugestões apresentadas pelo PSD, tendo reservas quanto a alguns valores, nomeadamente as verbas inscritas para a saúde e ação social. Além destas duas áreas existem dúvidas quanto a outros valores e rubricas tendo reforçado as suas reservas quanto ao Orçamento apresentado pelo executivo. Referiu por fim que não querendo ser obstáculo à aprovação das GOP, irá, a eleita do PSD, estar a tenta à execução orçamental.

O eleito do PS Hírdino Isaias informou que muitas das questões apresentadas pelos documentos são propostas eleitorais do PS. Informa que as verbas do orçamento não são suficientes para todas as ideias apresentadas.

O Presidente da Junta de Freguesia José Moreno referiu que muitas das questões apresentadas também são preocupações do Executivo.

A Proposta nº 6/2013 Grandes Opções do Plano e Orçamento da Freguesia para 2014, foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria com 6



votos a favor (PNPN) e 7 abstenções (4PS, 1PPD/PSD, 1CDS/PP e 1PCP), o eleito do PCP informou que vai entregar uma declaração de voto, o eleito do CDS-PP também irá entregar uma declaração de voto.

O Presidente da Junta de Freguesia José Moreno, informou os eleitos que lhes irá ser entregue brevemente a Tabela de Taxas e o respetivo Regulamento.

O Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao ponto 6 da ordem do Dia, dedicado à intervenção do público.


O Sr. Celestino Escalera apresentou reclamação sobre o estacionamento junto ao Pavilhão de Portugal e Casino Lisboa aquando da realização de espetáculos.

O Sr. Lucílio Almeida apresentou uma reclamação no que se refere ao estacionamento em geral e especificamente ao estacionamento de camiões.

Nada mais havendo a referir, esta ata foi proposta à votação dos presentes tendo sido aprovada por unanimidade.

Esta Ata vai ser por mim assinada bem como pelos respetivos secretários.  
Lisboa, 27 de dezembro de 2013

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA



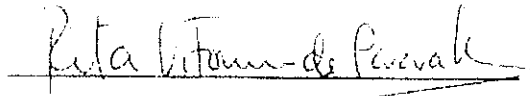
(António Rodrigues da Silva)

1º SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA



(Henrique Pereira Sanchez)

2º SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA



(Rita Vitorino de Carvalho)

**Moção**

**IMPLICAÇÕES PARA O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO ACORDADAS PARA O CONCELHO DE LISBOA PELO PS-PSD**

Considerando:

1. A profunda crise económica e social que Portugal atravessa e que, em grande parte, deriva das políticas de direita que os sucessivos governos do PS e do PSD vêm realizando há mais de 39 anos. E que é neste quadro, e tendo como argumento a situação económica, que novos ataques ao regime democrático e à participação popular se desenvolvem, a partir do acordo do PS com o PSD em Lisboa, em torno da Lei 56/2012, que visa descaracterizar o Poder Local democrático;
2. O acordo entre o PS e o PSD para a Reorganização Administrativa de Lisboa que não teve em conta o interesse das populações, nem o cuidado de preservar a história e a realidade dos bairros. E que este acordo não acautelou as perspectivas de crescimento da cidade previstas no PDM, procurando, na prática, apenas garantir a distribuição, entre eles, do poder na cidade;
3. A aprovação pela maioria PS/PSD/CDS na Assembleia da República, da Reorganização Administrativa de Lisboa, que aponta para o início de 2014 a concretização de significativas transformações na organização e funcionamento de serviços públicos essenciais, prestados até à data, pelo Município de Lisboa;
4. O embuste que a Lei 56/2012 configura, na medida em que as alterações que vai introduzir trarão muitos problemas aos munícipes, que verão ficar mais distantes os meios indispensáveis para responder às suas necessidades e ser reduzida a sua possibilidade recorrerem aos eleitos das freguesias, que por seu lado, são abrigados a assumir responsabilidades que só vereadores a tempo inteiro poderiam assumir;
5. A transferência de competências nos moldes previstos na Lei 56/2012 percebe-se, de uma forma clara, que esta situação não só não resolverá nenhum dos grandes problemas que se colocam às Junta de Freguesia, como ainda vai provocar uma profunda desorganização dos serviços do Município, com a transferência de alguns sectores para a responsabilidade das freguesias, diminuindo-se assim os índices de eficiência, optimização de recursos e de ganhos em economias de escala que o facto de estarem integrados no Município lhes conferia. Os sectores cujos serviços serão objecto de transferência para a responsabilidade das freguesias,

vão ficar completamente divididos e sem capacidade para dar resposta, por exemplo, a grandes calamidades, como sucedeu no inverno passado em Lisboa, em que os serviços de protecção civil municipal resolveram rapidamente todos os problemas que então surgiram;

6. A transferência de recursos humanos - dos diversos serviços do município para as freguesias, que resulta da Lei 56/2012 e que grande parte dos trabalhadores não aceita e até recusa, irá igualmente por em risco a capacidade de intervenção dos trabalhadores, com consequências ao nível da gestão e direcção dos serviços das Juntas de Freguesias, mas também ao nível da perda de alguns dos seus direitos;

7. A alteração de todo o edifício do Poder Local Democrático, que a Lei 56/2012 veio provocar, com a extinção de Freguesias na cidade de Lisboa, a alteração das competências das Freguesias e das regras de financiamento, tudo junto, terá como consequência uma diminuição da qualidade dos serviços públicos prestados e o afastamento das populações dos órgãos eleitos;

O eleito do PCP na Assembleia de Freguesia do Parque das Nações repudia toda esta nova situação e apela aos eleitos de todas as forças políticas para que estejam atentos às novas responsabilidades e para que denunciem, junto das populações, todo o processo em curso e suas consequências. Nesse sentido, o eleito do PCP propõe que a Assembleia de Freguesia do Parque das Nações, delibere:

1. Manifestar a sua oposição à concretização da Transferência de Competências prevista na Lei 56/2012, e promover desde já uma ampla e participada discussão com todas as partes integrantes do processo sobre quais os sectores que devem ficar sobre a égide da Câmara Municipal e aqueles que deverão transitar para as Freguesias, como previsto no art.º 13º da lei em apreço;

2. Exigir junto da Câmara Municipal de Lisboa que o processo não se concretize de imediato, como forma, de impedir precipitações que culminem na desorganização de sectores municipais estratégicos, tais como, Educação, Desporto, Acção Social, Limpeza Urbana, Espaços Verdes, Mobilidade, entre outros, e a conseqüente diminuição da qualidade do serviço público prestados às populações;

3. Remeter a presente moção para:

- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa;
- Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa;

- Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa;
- Grupos da Assembleia Municipal de Lisboa do PS, PPD-PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República do PPD-PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
- Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local
- Redacção da Agência de Notícias de Portugal – LUSA e do Jornal Comércio de Alcântara.

O eleito do PCP.

A handwritten signature in black ink, appearing to be the initials 'Jm' followed by a flourish.

## DECLARAÇÃO DE VOTO

DURANTE A DISCUSSÃO DO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL DA FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇÕES O PARTIDO SOCIALISTA DEIXOU CLARO QUE A PROPOSTA DA JUNTA ERA INSUFICIENTE FACE À TRANSFERÊNCIA DE PESSOAL ORIUNDO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO, O QUE PODE INDICIAR, DA PARTE DA JUNTA DE FREGUESIA, A INDISPONIBILIDADE PARA ASSUMIR UMA DAS CONSEQUÊNCIAS DA REFORMA ADMINISTRATIVA DA CIDADE DE LISBOA: A TRANSFERENCIA DE PESSOAL DA CÂMARA PARA AS JUNTAS COM A SALVAGUARDA DE TODOS OS SEUS DIREITOS.

SITUAÇÃO QUE CAUSA MAIS PREOCUPAÇÃO QUANDO SE DISCUTE UM DOCUMENTO PREVISIONAL DE RECEITAS E DESPESAS QUE PREVÊ UM CUSTO DE PERTO DE 572.200€, DISPERSOS POR DIVERSAS RÚBRICAS E AFECTOS À CONTRATAÇÃO DE PESSOAS EM REGIME DE TAREFA, AVENÇA, OU GASTOS EM "ESTUDOS DE DIVERSA NATUREZA"

ESTAS RAZÕES SÃO, DE PER SI SUFICIENTES, PARA SE ENTENDER QUE O DOCUMENTO APRESENTADO MERECE A REPROVAÇÃO DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA.

VOTO CONTRA A QUE SE OBSTOU, DADO O COPMPROMISSO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA, ASSUMIDO NESTA ASSEMBLEIA, DE QUE O EXECUTIVO PROCEDERÁ A SUCESSIVAS ALTERAÇÕES DO MAPA DE PESSOAL À MEDIDA QUE FOREM ASSUMIDAS NOVAS RESPONSABILIDADES PELA JUNTA NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DA CIDADE DE LISBOA.

POR ISSO, OS ELEITOS DO PS SE ABSTIVERAM NA VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DA FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇÕES.

LISBOA, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

JOÃO FRANCO

## Declaração de voto do eleito do PCP, na Assembleia de Freguesia do Parque das Nações

### Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014

O documento **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014** que o executivo apresentou à Assembleia de Freguesia é, como decorre da Lei, o compromisso público daquelas que serão as prioridades de intervenção para o ano que se irá iniciar.

Ao definir estas prioridades o executivo propõe à Assembleia de Freguesia que valide as suas opções e correspondentes compromissos, relativos aos programas e ações que irão concretizar, num determinado tempo, no caso o ano de 2014.

Ao apresentar e defender esta proposta o executivo estará consciente de que, apesar das dificuldades inerentes ao processo complexo que se vive, de instalação dos órgãos da autarquia e ao necessário debate e eventual assunção de novas competências a serem transferidas pela Câmara Municipal de Lisboa, estas opções serão integralmente concretizáveis.

Mais, entende e defende o executivo que estas opções que agora apresenta serão concretizáveis com os meios técnicos, humanos e financeiros de que irá dispor e que as verbas inscritas no orçamento para cada rúbrica, pelouro e ação serão as adequadas.

Ora, sendo verdade que muitas das propostas que estão contempladas neste documento estratégico, **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014**, correspondem a propostas que o PCP fez, no quadro da audição prévia ao abrigo da Lei que define o estatuto da oposição e que aproveito para anexar.

Sendo ainda verdade que o PCP reconhece com agrado a inclusão de uma parte muito substancial das propostas que fez e que correspondem a problemas sentidos pela população da freguesia.

Não podemos deixar de considerar que, entendemos este conjunto das propostas feitas pelo executivo, em sede de **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014**, de difícil concretização, não por falta de empenho, dedicação e trabalho dos membros do executivo nem tão pouco por falta de colaboração dos membros da Assembleia de Freguesia, mas pela complexidade e quantidade de propostas agora feitas, pelas dificuldades que reconhecemos serem particulares nesta Freguesia em instalação e pela necessidade natural de identificar com rigor o conjunto dos problemas existentes, a sua origem e real impacto.

Ora, entendo e defendo que os órgãos de poder, nos quais se incluem as autarquias locais, têm o dever de comunicar com rigor com as suas populações, informando com clareza e de forma a poderem ser publicamente auditáveis, quais as ações e projetos que são concretizáveis, e os que sendo apesar de tudo muito importantes, só o serão em momentos posteriores.

Por estes motivos absteve-me na votação das **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014**, porque considero que muitas destas propostas, apesar de corresponderem de facto a

necessidades e linhas de orientação fundamentais, não passarão disso mesmo, de propostas e projetos, que não serão, pelo menos em 2014, concretizáveis.

O eleito pelo PCP na Assembleia de Freguesia do Parque das Nações

Jorge Alves

DECLARAÇÃO DE VOTO DO ELEITO JOSÉ TELES BALTAZAR, NO PONTO 3 DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA, PROPOSTA 5/13 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2014

PARTICIPEI NESTA ASSEMBLEIA COM O INTUITO DE VIABILIZAR O REFERIDO ORÇAMENTO E EVENTUALMENTE VOTAR FAVORÁVEL DESDE QUE CONSEGUISSE SER ESCLARECIDO QUANTO A DÚVIDAS SOBRE OS REQUISITOS TÉCNICO, TEMPORAIS E GEOGRÁFICOS QUE JUSTIFICAM AS VERBAS INSCRITAS NO ORÇAMENTO EM DESPESA COM O Nº. 02.02.20.01 - “GESTÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE JARDINS” E COM O Nº 02.02.20.06 – “LIMPEZA E HIGIENE URBANA”.

NESSE SENTIDO NO MEU DISCURSO ALUSIVA A ESTE PONTO, TIVE O CUIDADO DE QUESTIONAR O EXECUTIVO ACERCA DAS MATÉRIAS EM QUESTÃO. SÓ QUE NEM SEQUER O DETENTOR DOS PELOUROS FALOU NEM O SENHOR PRESIDENTE NO SEU DISCURSO ABORDOU AS QUESTÕES, O QUE FOI PENA.

PERCEBENDO QUE A APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO 2014 ESTAVA GARANTIDA, EM CONSCIÊNCIA OPTEI PELA ABSTENÇÃO.

**José Teles Baltazar**

**Assembleia de Freguesia de Parque das Nações (sessão ordinária - 27 de dezembro de 2013)**